PREFÁCIO

O banco está presente na vida de todos nós. É por intermédio dele que o Fisco arrecada os impostos, os funcionários e os pensionistas recebem seus proventos, os devedores pagam seus débitos, as empresas comercializam. É o banco que capitaliza os recursos, recebe em depósito as riquezas, concede financiamentos. A multifacetada presença do banco na sociedade moderna faz com que as relações de que participa tenham uma importância que ainda está a merecer um estudo que abranja todos os variados aspectos de interesse social. Mas, do ponto de vista jurídico, pouco restará a dizer depois deste primoroso estudo do Prof. Bruno Miragem.

Bruno Miragem é dos mais brilhantes juristas de sua geração, que ocupa lugar de merecido destaque no cenário nacional com seus estudos sobre direito do consumidor, direito econômico e direito civil. Incansável, publicou diversos livros (entre eles, *A responsabilidade civil da imprensa por dano à honra*, *A nova administração pública e o direito administrativo*, *Curso de direito do consumidor*, *Abuso de direito e Comentários à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*) e inúmeros artigos em periódicos. Em todos os seus trabalhos, nota-se o mesmo cuidado com a clareza da linguagem, o domínio do tema, a pesquisa exaustiva e atualizada, o que faz dos seus textos fonte obrigatória de consulta. Mais de uma vez, tive necessidade de obter informação sobre algum assunto de direito privado e somente fui encontrar nos livros de Bruno Miragem, que leciona com a proficiência de um mestre e a ponderação de um jurista consumado.

É Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma instituição, onde igualmente obteve os títulos de Especialista em Direito Internacional e Especialista em Direito Civil. O autor é atualmente Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon) e Professor da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (AJURIS) e da Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

As relações bancárias, posto que fundamentais para a vida social, têm sido objeto de poucos estudos no Brasil. Apesar de sua prática receber a atenção diária de profissionais do mais elevado nível de competência, nas instituições públicas e privadas; apesar de seus contratos serem constantemente interpretados e aplicados pelos Tribunais; apesar da grande quantidade de normas que se editam sobre o assunto, a verdade é que pouco se publica. A última grande obra editada no país

é a do prestigiado Marcos Cavalcante de Oliveira, *Banco, Moeda e Crédito*. Agora, Bruno Miragem veio emprestar sua capacidade de pesquisa ao exame do ponto.

O livro é abrangente. O autor deixou de lado a parte histórica, porque esta, só por si, exigiria outro ensaio, tal a fantástica vicissitude por que passou a atividade bancária – que chegou a praticamente desaparecer nos primeiros séculos de nossa era, ao tempo do declínio romano. Em vez disso, deteve-se nos aspectos estritamente jurídicos, descrevendo com detalhes o vasto panorama de aplicação do direito bancário. Estuda o sistema financeiro, suas instituições, sua regulação, sua fiscalização e seu procedimento sancionatório; focaliza a relação jurídica bancária e os diversos tipos de contrato. Trata da responsabilidade civil, que assume aqui feição especial, e da intervenção do Estado na crise institucional.

A especificidade da matéria, a multiplicidade das relações, a proliferação de textos normativos, muitas vezes elaborados por legislador nem sempre afeito à técnica legislativa ou descuidado da nomenclatura jurídica, tudo exige do operador perícia e cautela na interpretação dessas normas especiais. É dupla a sua dificuldade: em primeiro, compreender o texto legal e ajustá-lo ao microsistema do direito bancário; depois, compatibilizar essa primeira apreensão ao sistema geral do direito privado (e, às vezes, do direito público), atendendo aos seus princípios e cláusulas gerais, que também incidem e devem ser respeitados. Isso no plano infraconstitucional, porque a tudo sobrepara os enunciados constitucionais que regulam a ordem econômica e financeira.

Livro que indica caminho seguro para o conhecimento dessa extensa área jurídica, inçada de dificuldades, será repositório indispensável para a boa aplicação do direito econômico-financeiro no Brasil.

Porto Alegre, 22 de julho de 2013.

RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR

BRUNO MIRAGEM

DIREITO BANCÁRIO

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

Ruy Rosado de Aguiar Júnior

2ª edição revista, atualizada e ampliada

Ruy Rosado de Aguiar
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

REFERÊNCIA:

MIRAGEM, Bruno. **Direito bancário**. Prefácio à 1ª edição Ruy Rosado de Aguiar Júnior. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.